

## O fim da estabilidade no serviço público

Luiz Carlos Borges da Silveira (\*)

*A vitalícia garantia do emprego favorece a falta de empenho e a acomodação*

O Brasil passa por período de mudanças tendentes a modernizar e dinamizar a vida política e administrativa no âmbito do governo, por isso acredito ser oportuno repensar e discutir a estabilidade funcional no serviço público.

Esse instituto vem do tempo em que a carreira apresentava poucos atrativos em comparação com a iniciativa privada e por isto buscou-se proporcionar alguma garantia ante as incertezas do mercado de trabalho no setor particular. Hoje, a estabilidade tem gerado vícios que visivelmente comprometem a prestação do serviço, daí a necessidade de reconsiderá-la, debatendo a viabilidade de sua extinção ou aplicação de novo ordenamento nas relações de trabalho na área oficial.

É sabido que, com poucas ressalvas, a prestação do serviço público à população é deficiente, morosa e extremamente burocrática com decisões centralizadas sujeitas a uma legislação extensa e complicadora e algumas normas ultrapassadas.

A vitalícia garantia do emprego favorece a falta de empenho e a acomodação, produzindo falsa necessidade de mais funcionários para execução das mesmas tarefas. Daí, mais concursos, mais gente contratada que logo estará igualmente desmotivada e acomodada.

Portanto, seria conveniente a adoção de normas que contribuam para motivação funcional e consequente dinamização da atividade sem sistemáticas admissões que incham a máquina e aumentam despesas sem observância do critério custo/benefício. Uma das alternativas pode ser o ganho por produtividade.

A iniciativa privada utiliza esse sistema com proveito em termos de aumento da produtividade e da qualidade, com empregados em constantes

treinamentos, reciclagem e avaliação séria que resultam em vantagens salariais. No âmbito público, em diversas carreiras isso é possível, como no ensino, no atendimento de saúde. Haveria com certeza maior motivação, mais empenho e participação com ganho para ambas as partes.

A ascensão deve ter por base o mérito, a dedicação e a produtividade. É verdade que a administração federal aplica processo de avaliação, porém mais vale para o currículo funcional contando pontos para eventual processo de promoção. Além do mais, não utiliza critérios que assegurem imparcialidade. É a chamada Avaliação 360 Graus, onde, curiosamente, o funcionário participa e avalia a si próprio.

No fundo, tal avaliação não tem nada a ver com ganho por produtividade, um mecanismo tão importante que até os clubes de futebol de ponta, obrigados a altas contratações de profissionais caros passaram a adotar uma tabela especial vinculando o salário do atleta a conquistas do clube que revertam em mais renda, inclusive contratos publicitários e de merchandising. Um dos problemas do princípio da estabilidade é sua banalização e extensão a categorias que se acham fora do benefício.

Hoje, o custo da máquina pública com funcionários que exercem atividade-meio ultrapassa o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal criando dificuldades e impossibilitando o governo de melhorar o nível salarial, oferecer gratificações, treinamento e reciclagem àqueles que exercem atividade-fim, ou seja, que tratam diretamente com a população, que atendem às pessoas, pois são esses que efetivamente cumprem o papel do Estado. Os outros burocratizam o serviço e entravam o atendimento público.

Deve-se ter em conta que governo existe para atender ao povo.

(\*) - É empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.

# Votação da pauta de segurança no Senado continua depois do Carnaval

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, agendou para a sessão deliberativa do próximo dia 20 a continuação da votação dos projetos da pauta de segurança pública da Casa, anunciada por ele na abertura do ano legislativo

O primeiro item a ser analisado deve ser a proposta que impede o bloqueio de recursos orçamentários destinados aos fundos de segurança. “Os nove itens que anunciamos na abertura dos trabalhos do Congresso, vou entregá-los, não apenas na fala, mas na prática, na aprovação e no encaminhamento à Câmara”, assegurou.

Eunício defendeu ainda a criação de um Sistema Integrado de Segurança Pública, com responsabilidades definidas para cada ente federativo e com a escolha de prioridades para a alocação de recursos. “E na Segurança Pública, qual o sistema integrado que nós temos? Temos o Fundo Penitenciário Nacional, com recursos que não são alargados, digamos assim, para efeito da sua aplicação.



Presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Pode construir penitenciária ou outras coisas, mas não pode comprar armas. Temos que fazer algo integrado”, defendeu.

Por isso, ele anunciou que a comissão especial criada pelo presidente da Câmara,

Rodrigo Maia, com a participação do ministro do STF, Alexandre de Moraes, para tratar da segurança pública e estudar a possibilidade de unificação desse sistema, também contará com a participação

de senadores. “Combinamos, eu e Rodrigo, que transformaríamos essa comissão em uma comissão do Congresso Nacional, para encontrarmos uma saída”, disse.

Questionado pela imprensa sobre a necessidade de aprovação da Reforma da Previdência, Eunício Oliveira mais uma vez ressaltou seu constrangimento em comentar os trâmites de uma proposta que nem sequer chegou à Casa e nem se sabe se virá. Disse, no entanto, que a aprovação é importante para “acabar com privilégios em todo o Brasil e em todas as instâncias, em todos os poderes, inclusive do que preside”. Lembrou ainda que este será um assunto obrigatório na campanha eleitoral, caso o texto não seja aprovado nos próximos meses (Ag.Senado).

## Colômbia reforçará controles na fronteira com Venezuela



Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia.

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, anunciou que reforçará a segurança na fronteira com a Venezuela. O objetivo de aumentar o contingente policial na fronteira é conter o fluxo de imigrantes venezuelanos que chegam em território colombiano, número que aumentou nos últimos meses devido à crise econômica e política no país vizinho.

“Colocar mais controles migratórios, e que esses controles sejam mais estritos, que a entrada de venezuelanos tenha algumas características, que seja controlada, ordenada, e, muito importante, que seja feita dentro da legalidade”, disse Santos. O presidente colombiano também afirmou que irá “melhorar o controle sobre os atalhos”, locais onde centenas de imigrantes cruzam a fronteira de forma ilegal. Estas rotas também são usadas por facções criminosas.

O governo da Colômbia, a partir de agora, não irá mais destinar cartões de mobilidade fronteiriça, criado para facilitar o trânsito de pessoas na região. “Mais uma vez insisto que permita a nós, colombianos, ajudarmos os venezuelanos para que não continuem sofrendo, pelo menos, de fome e falta de medicamentos”, concluiu Santos, que pede para o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, aceitar ajuda de outros países.

De acordo com o “Migração Colômbia”, mais de 550 mil venezuelanos estão em território colombiano, seja de forma irregular ou regular. É calculado que, neste ano, o número aumente para 1,5 milhão de imigrantes (ANSA).

## Toffoli solicita parecer da PGR sobre habeas para Maluf

O ministro do STF, Dias Toffoli pediu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o pedido de liberdade feito pela defesa do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP), que está preso para cumprir pena de sete anos e nove meses na Penitenciária da Papuda. Após receber a manifestação, o ministro vai decidir a questão. No habeas corpus, a defesa do parlamentar pede que Maluf guarde em liberdade o julgamento do recurso que foi protocolado para reverter a decisão que determinou o imediato cumprimento da pena.

“Há uma justificativa para manter na prisão um cidadão com 86 anos de idade acometido de doenças e que, segundo a acusação, teria praticado um crime há 18 anos e, após isso, não respondeu a nenhum tipo de processo? Ora, se a razão de ser e o ideal da pena é ressocializar e reinserir o cidadão na sociedade de modo que



Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli.

ele não mais pratique crimes, o objetivo estava plenamente alcançado e satisfeito”, argumenta a defesa.

No mês passado, o desembargador Jesuino Aparecido, do TJ-DF, negou outro pedido do deputado por entender que não houve ilegalidade na decisão do juiz Bruno Aiello Macacari, da Vara de Execuções Penais (VEP), que também rejeitou

a prisão domiciliar. Maluf foi condenado por receber propina em contratos públicos com as empreiteiras Mendes Júnior e OAS quando era prefeito de São Paulo (1993-1996). Os recursos teriam sido desviados da construção da Av. Água Espraiada, hoje chamada Av. Roberto Marinho. O custo total da obra foi cerca de R\$ 800 milhões (ABR).

## Projeto objetiva empregar imigrantes venezuelanos



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim.

Em visita oficial a Boa Vista (RR), na última quinta-feira (8), o ministro da Justiça, Torquato Jardim, anunciou um projeto-piloto para absorver mão-de-obra de venezuelanos que tem chegado ao país pela fronteira com Roraima. Os imigrantes tentam escapar da grave crise econômica que assola o país vizinho, que sofre com desabastecimento generalizado de produtos e uma inflação que chega a 700% ao ano.

Segundo cálculos da Prefeitura de Boa Vista, capital do estado, já existem mais de 40 mil cidadãos venezuelanos na cidade, número que representa mais do 10% da população local, de cerca de 330 mil habitantes. O plano de “interiorização”, como chamou o ministro, tem o objetivo de integrar um total de mil venezuelanos ao mercado de trabalho em 90 dias. Jardim não deu detalhes para quais estados o governo federal pretende enviar esses imigrantes, mas explicou que a ideia é aproveitar a mão-de-

obra qualificada. “A maior parte deles tem curso superior”, enfatizou.

No caso dos médicos e professores venezuelanos que chegam ao país, ele disse que vai buscar mecanismos para acelerar a revalidação de seus diplomas e permitir que esses profissionais possam ser incorporados ao programa Mais Médicos, e também no sistema de ensino, no caso dos professores. O governo federal também pretende dar início a um censo sobre a presença dos venezuelanos no país, para saber o fluxo real de quantos entram e saem do país.

Os dados servirão “para orientar a demanda de segurança pública, de saúde, de educação, de vacinação”, destacou Jardim. O Ministério da Justiça também deve reforçar a vigilância na fronteira do Brasil com a Venezuela em Pacaraima, com maior presença de agentes da Polícia Federal e também nas rodovias federais que cortam o estado, por meio da Polícia Rodoviária Federal (ABR).

## Sérgio Moro autoriza transferência de irmão de Dirceu

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato em primeira instância, determinou a prisão do irmão do ex-ministro José Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, em Ribeirão Preto. Também foi determinada a prisão do sócio do ex-ministro, Júlio César dos Santos. Os dois mandados de prisão já foram cumpridos na manhã de sexta-feira (9) pela Polícia Federal.

De acordo com o juiz, a prisão se deve ao fato de a segunda instância já ter se exaurido. No despacho, Moro diz que por eles terem cometido “crimes de gravidade, inclusive lavagem de produto de crimes contra a administração pública, a execução após a condenação em segundo grau impõe-se sob pena de dar causa a processos sem fim e a, na prática, impunidade de sérias condutas criminais”.

“Assim e obedecendo à Corte de Apelação, expeça a Secretaria os mandados de prisão para execução provisória da condenação”, disse o juiz em



Juiz federal Sérgio Moro.

seu despacho. “Autorizo desde logo a transferência para o sistema prisional em Curitiba, Complexo Médico Penal, a ser reservada aos presos da Operação Lava Jato”, completou. Moro acrescentou que a corrupção “sistêmica e descontrolada” pela qual passa o Brasil se deve em parte à “ineficiência dos processos criminais por crimes de corrupção e lavagem no Brasil”.

O irmão de Dirceu cumprirá pena de dez anos e seis meses

em regime inicialmente fechado por crimes de lavagem de dinheiro e de pertinência à organização criminosa. Além disso foram aplicados a ele 210 dias de multa. O ex-sócio de Dirceu cumpre pena de dez anos e oito meses, também em regime inicialmente fechado, pelos mesmos tipos criminais. A ele foram acrescentados 230 dias-multa. A ABR entrou em contato com advogado de defesa do irmão do ex-ministro e aguarda informações (ABR).

## Criticada burocracia no Ibama e pedida demissão da presidente

O senador José Medeiros (Pode-MT) defendeu a demissão da presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Suely Guimarães de Araújo, alegando dificuldades impostas pelo órgão no licenciamento de projetos importantes. Ele citou o caso de uma rodovia em Mato Grosso que não saiu do papel há oito anos, mesmo o projeto tendo sido aprovado pelo órgão ambiental estadual. Segundo Medeiros, isso aconteceu porque, o Ministério Público e, em seguida, o Ibama,

“por vaidade”, questionaram a competência do órgão estadual para a emissão do estudo de impacto ambiental. Para que o processo não se estendesse, a Advocacia-Geral da União firmou um acordo com o Ibama e o Dnit para acabar com o impasse, disse o senador. No entanto, com a demora do processo, o Ibama agora exigiu um outro estudo de impacto ambiental como condição para liberar o projeto.

“Nós lutamos, derrubamos um governo, tro-

camos as pessoas achando que iria destravar, e entra lá uma pior do que a outra que lá estava. É por isso que eu digo: se eu fosse do governo federal, eu tirava essa presidente imediatamente. Está travando o estado de Mato Grosso e está travando o Brasil”, afirmou. Medeiros lamentou ainda os prejuízos sofridos pelo município de Guiratinga, no sul do Mato Grosso, onde a produção de manganês está sendo comprada “a preço de brita” por empresas de Minas Gerais (Ag.Senado).